

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Diretor Industrial
Osvaldo Abílio Braga

Editor Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

Com. Brasil Nada de choque

Como é próprio da linguagem de economia, há certos termos e expressões que, amiúde, são inseridos no noticiário dos jornais, sempre que faltam idéias ou decisões firmes por parte dos líderes da vida política brasileira. Uma delas é choque; substantivo sem dúvida muito em voga e preferido por aqueles que não têm a paciência e a perseverança necessárias ao acompanhamento e execução de medidas orientadas no sentido de se debelar a inflação e suas desastrosas sequelas.

Felizmente, para o bem do Brasil, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, tem sido constante na rejeição pública, sempre que provocado, a qualquer tipo de choque ou programa violentador das leis da economia e da livre atuação do mercado. Ele o fez, novamente e com energia, terça-feira última, em resposta a pressões de seu próprio partido, o PSDB, durante a solenidade de refinanciamento da dívida de dez estados — um importante avanço na consolidação das finanças nacionais, garantido que foi também um relativo alívio para os inadimplentes.

Com a declaração inequívoca do ministro da Fazenda, espera-se que os adeptos de um sonhado choque serenem de vez suas mentes ansiosas e passem a colaborar na busca de soluções submetidas à orientação mais segura e democrática. E remédio com estas características só pode ser formulado pelas vias do entendimento e da discussão ampla, consultados os setores produtivos da sociedade, os dirigentes empresariais e representantes legítimos dos trabalhadores, estes um alvo indefeso de mudanças radicais e subtâneas das regras do jogo econômico.

Na esteira do pronunciamento ministerial, é possível angariar mais boa vontade por parte dos líderes sindicais, apesar da posição negativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), manifestada pelo seu presidente, Jair Meneguelli, com base na afirmativa de que, sem o reajuste mensal dos salários, "é impossível participar de qualquer negociação

com o Governo".

A comparação dos episódios — a declaração do ministro Cardoso e a recusa do líder sindical Meneguelli — é elucidativa de um momento da vida brasileira, pontilhado pelo inútil confronto entre partes que deveriam estar concertando esforços em prol de acordos conducentes à eliminação de perigosos impasses. O ministro Cardoso, confirmado pelas águas lustrais da eleição popular, adota padrões rigorosos, mas demonstra estar sempre aberto à negociação. Sabe ele que posições antagônicas são um apanágio dos regimes democráticos. E reconhece que só os debates extensos, seguidos de uma procura por acordos mínimos, podem eliminar arestas e conduzir a resultados aceitáveis pelas partes. Quanto ao dirigente Meneguelli, não é injusto afirmar que ele, como se diz em linguagem popular, joga mais para as arquibancadas do que a favor de sua própria equipe, os trabalhadores, considerados como um grande coletivo nacional.

A reunião de hoje da Agenda Brasil, foro competente para dirimir as questões conflitantes entre trabalhadores e empresários, é uma oportunidade decisiva para que os delegados do Governo tentem, com vigor, uma saída honrosa. A preocupação central é a de buscar medidas consensuais para atenuar a grave situação econômica do País.

Nã há mais clima para confrontos duradouros, movimentos grevistas ou muxoxos de descontentamento individual. A causa pela qual todos os patriotas devem pugnar é a da redenção econômica, ameaçada neste momento por uma inflação com índice superior a 30 por cento ao mês.

Considerada a posição do ministro Cardoso um sinal indicativo de seriedade governamental, não é difícil a trabalhadores e empresários refletirem melhor sobre os importantes valores ameaçados, entre os quais se destacam o bem-estar de toda a coletividade e a manutenção das salvaguardas do regime democrático.